

Sumário

Lista de abreviaturas, xxiii

Apresentação, xxvii

Prefácio à 16ª edição, xxix

Prefácio à 15ª edição, xxxi

Prefácio à 14ª edição, xxxiii

Prefácio à 13ª edição, xxxv

Prefácio à 12ª edição, xxxvii

Introdução, 1

Parte I – INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E NORMAS BÁSICAS, 3

1 Contabilidade Tributária, 5

1.1 Conceito, 5

1.1.1 Conceito de contabilidade, 6

1.1.2 Conceito de legislação tributária, 7

1.2 Objeto, 8

1.3 Método, 8

1.3.1 Planejamento tributário, 8

1.3.2 Planejamento contábil, 9

1.3.3 Controle, 10

2 Patrimônio, 11

- 2.1 Conceito, 11
- 2.2 Ativo, 12
 - 2.2.1 Bens, 12
 - 2.2.2 Direitos, 13
 - 2.2.3 Reconhecimento do ativo no Balanço Patrimonial, 13
- 2.3 Passivo, 13
 - 2.3.1 Obrigação de direito privado, 14
 - 2.3.2 Obrigações de direito público, 14
 - 2.3.3 Reconhecimento de passivos no Balanço Patrimonial, 14
- 2.4 Patrimônio líquido, 14
- 2.5 Representação gráfica do patrimônio, 15
- 2.6 Passivo a descoberto ou patrimônio líquido negativo, 16
- 2.7 Essência sobre a forma, 18
- 2.8 Características qualitativas e quantitativas, 18

3 Mutações Patrimoniais, 19

- 3.1 Atos e fatos administrativos, 19
- 3.2 Fatos permutativos, 19
- 3.3 Fatos modificativos, 20
 - 3.3.1 Fatos aumentativos – receita, 20
 - 3.3.2 Fatos diminutivos – despesa, 21
- 3.4 Fatos mistos, 22
 - 3.4.1 Fato misto aumentativo (permuta + receita), 22
 - 3.4.2 Fato misto diminutivo (permuta – despesa), 23

4 Registro das Mutações Patrimoniais, 25

- 4.1 Métodos contábeis, 25
 - 4.1.1 Método das partidas simples, 25
 - 4.1.2 Método das partidas dobradas, 25
- 4.2 Contas, 26
 - 4.2.1 Contas patrimoniais, 26
 - 4.2.2 Contas de resultado, 26
 - 4.2.3 Contas transitórias, 27
- 4.3 Débito e crédito, 27
 - 4.3.1 Nas contas patrimoniais, 27
 - 4.3.2 Nas contas de resultado, 28
- 4.4 Equação contábil, 29
- 4.5 Lançamento, 30

- 4.5.1 Lançamento no livro diário, 31
- 4.5.2 Lançamento no livro razão, 32
- 4.5.3 Balancete de verificação do razão, 32
- 4.6 Regimes contábeis, 33
 - 4.6.1 Regime de caixa, 33
 - 4.6.2 Regime de competência, 33
- 5 Princípios, Convenções, Pressupostos e Características Contábeis (Estrutura Conceitual Básica), 34**
 - 5.1 Princípios fundamentais da contabilidade, 34
 - 5.1.1 Princípio da realização (conceito de geração de benefícios econômicos futuros), 35
 - 5.1.2 Princípio da entidade, 36
 - 5.1.3 Princípio da continuidade (*going concern assumption*), 36
 - 5.1.4 Princípio da competência do exercício (pressuposto básico do regime da competência), 37
 - 5.1.5 Princípio do custo como base de valor (conceito de valor justo na data do fato contábil), 37
 - 5.1.6 Princípio do denominador comum monetário, 38
 - 5.2 Convenções contábeis, 38
 - 5.2.1 Convenção da consistência (uniformidade), 39
 - 5.2.2 Convenção do conservadorismo (prudência • suprimido), 39
 - 5.2.3 Convenção da materialidade (características qualitativas das demonstrações contábeis), 40
 - 5.2.4 Convenção da objetividade (suprimido), 41
 - 5.2.5 Característica qualitativa da confiabilidade, 41
 - 5.3 Normatização, 41
 - 5.4 Características qualitativas de melhoria, 42
 - 5.4.1 Comparabilidade, 42
 - 5.4.2 Verificabilidade, 43
 - 5.4.3 Tempestividade, 43
 - 5.4.4 Compreensibilidade, 43
- 6 Ferramentas Contábeis, 44**
 - 6.1 Livros de escrituração, 44
 - 6.1.1 Diário, 45
 - 6.1.2 Razão, 46
 - 6.1.3 Caixa, 47
 - 6.1.4 Outros livros auxiliares da contabilidade, 48
 - 6.2 Demonstrações financeiras, 48

- 6.2.1 Conceito, 48
- 6.2.2 Balanço patrimonial, 49
- 6.2.3 Demonstração do resultado, 59
- 6.2.4 Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, 65
- 6.2.5 Demonstração das origens e aplicações de recursos, 67
- 6.2.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa, 69
- 6.2.7 Plano de contas, 72
- 6.2.8 Demonstração do Valor Adicionado, 78
- 6.2.9 Notas explicativas, 84

Parte II – CONCEITOS, PRINCÍPIOS E NORMAS BÁSICAS DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, 85

7 Noções Elementares de Direito, 87

- 7.1 Conceito de direito, 87
- 7.2 Norma jurídica, 87
- 7.3 Caracteres do direito, 88
 - 7.3.1 Formal, 88
 - 7.3.2 Instrumental, 88
 - 7.3.3 Coativo, 89
 - 7.3.4 Atributivo, 89
 - 7.3.5 Abstrato, 89
- 7.4 Princípios, 89
- 7.5 Síntese do conceito de direito, 89
- 7.6 Ato, negócio e contrato jurídicos, 90
 - 7.6.1 Ato jurídico, 90
 - 7.6.2 Fato jurídico, 90
 - 7.6.3 Negócio jurídico, 90
 - 7.6.4 Contrato jurídico, 91
- 7.7 Classificação do direito, 91
 - 7.7.1 Direito real e pessoal, 92
 - 7.7.2 Direito público e privado, 92

8 Atividade Financeira do Estado, 93

- 8.1 Conceito de estado de direito, 93
- 8.2 Atividade financeira, 93
- 8.3 Responsabilidade fiscal, 94
- 8.4 Receita pública, 95
- 8.5 Despesa pública, 95

- 8.6 Orçamento público, 96
- 8.7 Dívida pública, 97
- 8.8 Conceitos de direito financeiro e tributário, 97

9 Fontes do Direito, 98

- 9.1 Fontes principais do direito, 98
 - 9.1.1 Lei, 98
 - 9.1.2 Tratados e convenções internacionais, 104
- 9.2 Fontes secundárias do direito, 104
 - 9.2.1 Decreto regulamentar, 104
 - 9.2.2 Jurisprudência, 104
 - 9.2.3 Normas complementares das leis, tratados e decretos, 105
 - 9.2.4 Usos e costumes, 105

10 Tributos, 106

- 10.1 Conceito de tributo, 106
- 10.2 Espécies de tributo, 107
 - 10.2.1 Imposto, 107
 - 10.2.2 Taxa, 108
 - 10.2.3 Contribuição de melhoria, 108
 - 10.2.4 Contribuições federais, 109
 - 10.2.5 Contribuições municipais e do Distrito Federal, 115
 - 10.2.6 Empréstimo compulsório, 115

11 Princípios Constitucionais Tributários, 117

- 11.1 Princípio da legalidade, 117
- 11.2 Isonomia tributária, 117
- 11.3 Irretroatividade tributária, 118
- 11.4 Anterioridade, 119
 - 11.4.1 Exceções, 119
- 11.5 Noventena, 120
- 11.6 Reserva de lei complementar, 120
- 11.7 Reserva de lei para renúncia fiscal, 121
- 11.8 Imunidade de impostos, 122
- 11.9 Capacidade contributiva, 123
- 11.10 Princípio da não cumulatividade, 124
 - 11.10.1 Noções gerais, 124
 - 11.10.2 Restrições ao princípio da não cumulatividade, 125
 - 11.10.3 A não cumulatividade da Cofins, 125

- 11.11 Princípio da seletividade, 125
 - 11.11.1 Noções gerais, 125
 - 11.11.2 Seletividade do IPI e tutela do meio ambiente, 126
 - 11.11.3 Seletividade do IPI e bens de capital, 127

12 Elementos Fundamentais do Tributo, 128

- 12.1 Fato gerador, 128
- 12.2 Contribuinte ou responsável, 129
- 12.3 Base de cálculo, 131
- 12.4 Elementos complementares do tributo, 131
 - 12.4.1 Alíquota, 132
 - 12.4.2 Adicional, 134
 - 12.4.3 Prazo de pagamento, 135

13 Normas Antielisão, 136

- 13.1 Conceito de elisão fiscal, 136
- 13.2 Conceito de evasão fiscal, 137
- 13.3 Alterações no CTN, 138
 - 13.3.1 Desconsideração de atos e negócios jurídicos, 138
 - 13.3.2 Disposições sobre receita ou rendimento, 139
- 13.4 Quebra do sigilo bancário, 140
- 13.5 Cruzamento de dados da antiga CPMF, 140
- 13.6 Sistema público de escrituração digital e notas fiscais eletrônicas, 141

14 Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Legislação Tributária, 142

- 14.1 Vigência, 142
- 14.2 Aplicação, 143
- 14.3 Interpretação e integração, 144

15 Crédito Tributário, 147

- 15.1 Crédito tributário – conceito, 147
- 15.2 Constituição do crédito tributário – lançamento, 147
 - 15.2.1 Lançamento tributário – características principais, 151
- 15.3 Modalidades de lançamento, 152
 - 15.3.1 Lançamento direto ou de ofício, 152
 - 15.3.2 Lançamento por declaração, 153
 - 15.3.3 Lançamento por homologação ou autolancamento, 154
- 15.4 Arbitramento por parte da autoridade administrativa, 155

16 Renúncia Fiscal, 157

- 16.1 Isenção, 157
 - 16.1.1 Formas de isenção, 158
 - 16.1.2 Isenção e imunidade, 160
- 16.2 Anistia, 160
 - 16.2.1 Multas e juros, 160
 - 16.2.2 Crimes e contravenções, 161
 - 16.2.3 Crimes fiscais – extinção da punibilidade, 161

Parte III – CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA APLICADA, 163**17 Tributos Indiretos, 165**

- 17.1 Incidentes na formação do preço, 165
 - 17.1.1 Conceito, 165
 - 17.1.2 Metodologia, 166
 - 17.1.3 Apresentação de caso-base, 166
- 17.2 ICMS, 167
 - 17.2.1 Crédito – regra geral, 167
 - 17.2.2 Não cumulatividade – quadro exemplificativo, 168
 - 17.2.3 Fato gerador, 170
 - 17.2.4 Operações/prestações interestaduais, 172
 - 17.2.5 Regime de substituição tributária do ICMS, 174
 - 17.2.6 ICMS no Estado de São Paulo, 177
 - 17.2.7 Contabilização, 177
 - 17.2.8 Razonetes, 178
- 17.3 Contribuições sobre a folha de salários, 179
 - 17.3.1 Instituto Nacional do Seguro Social, 179
 - 17.3.1.1 Do empregador, 179
 - 17.3.1.2 Contribuições para terceiros, 183
 - 17.3.1.3 Do empregado, 183
 - 17.3.2 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 184
 - 17.3.3 Contabilização, 184
- 17.4 Custos e despesas operacionais, 186
 - 17.4.1 De produção, 186
 - 17.4.2 Despesas operacionais, 187
- 17.5 Estimativa do preço de venda, 188
 - 17.5.1 Lucro esperado e receita líquida de vendas, 188
 - 17.5.2 Tributos incidentes sobre o faturamento, 188
 - 17.5.2.1 ICMS, 188

- 17.5.2.2 Contribuição social sobre faturamento – Cofins (sistema cumulativo), 188
- 17.5.2.3 Contribuições para o Programa de Integração Social – PIS, 192
- 17.5.3 Determinação do preço de venda, 194
- 17.5.4 Contabilização da venda e dos tributos devidos, 195
- 17.5.5 Razonetes, 197
- 17.6 IPI, 197
 - 17.6.1 Conceito e sistemática, 197
 - 17.6.2 Industrialização – definição legal, 199
 - 17.6.3 Fato gerador, 200
 - 17.6.4 Crédito – regra geral, 200
 - 17.6.5 Crédito referente a insumos adquiridos de comerciantes atacadistas não contribuintes, 201
 - 17.6.6 Contabilização, 201
 - 17.6.7 Razonetes, 202
- 17.7 Imposto Sobre Serviços (ISS), 203
 - 17.7.1 Introdução, 203
 - 17.7.2 Fato gerador e lista de serviços, 204
 - 17.7.3 Incidência, 204
 - 17.7.4 Não incidência, 205
 - 17.7.5 Contribuinte e responsável, 205
 - 17.7.6 Base de cálculo, 206
 - 17.7.7 Local da prestação do serviço, 206
 - 17.7.8 Estabelecimento, 207
 - 17.7.9 Trabalho pessoal e sociedades profissionais, 208
 - 17.7.10 Contabilização, 208
 - 17.7.11 Razonetes, 209

18 Tributos Diretos, 210

- 18.1 Considerações preliminares, 210
 - 18.1.1 Conceito, 210
 - 18.1.2 Metodologia, 211
- 18.2 IRPJ – normas gerais, 212
 - 18.2.1 Da Constituição Federal, 212
 - 18.2.2 Do Código Tributário Nacional (CTN), 212
 - 18.2.2.1 Fato gerador do IR, 213
 - 18.2.2.2 Base de cálculo, 214
 - 18.2.2.3 Contribuinte, 216

- 18.2.3 Da legislação ordinária do IR, 216
 - 18.2.3.1 Período de apuração e ano-calendário, 216
 - 18.2.3.2 Pagamento trimestral do IR, 217
- 18.3 Lucro – conceitos contábeis e tributários, 218
 - 18.3.1 Lucro bruto, 218
 - 18.3.1.1 Receita líquida de vendas ou serviços, 218
 - 18.3.1.2 Tributos incidentes sobre vendas ou serviços, 219
 - 18.3.1.3 Custo dos produtos/serviços, 220
 - 18.3.2 Lucro operacional, 220
 - 18.3.3 Resultado contábil e lucro líquido (IR), 221
 - 18.3.3.1 Outras receitas e despesas, 221
 - 18.3.4 Lucro inflacionário, 222
 - 18.3.4.1 Conceito, 222
 - 18.3.4.2 Cálculo, 223
 - 18.3.4.3 Lucro inflacionário realizado, 224
 - 18.3.5 Lucro da exploração, 225
 - 18.3.5.1 Conceito, 225
 - 18.3.5.2 Cálculo, 226
 - 18.3.5.3 Isenção do IR sobre o lucro de exploração, 226
 - 18.3.6 Lucro real, 227
 - 18.3.6.1 Pessoas jurídicas obrigadas, 227
 - 18.3.6.2 Base de cálculo, 227
 - 18.3.6.3 Apuração do lucro real – Lalur, 229
 - 18.3.7 Lucro presumido ou estimado, 233
 - 18.3.7.1 Conceito, 233
 - 18.3.7.2 Percentuais de presunção, 233
 - 18.3.7.3 Apuração do resultado trimestral, 235
 - 18.3.7.4 Suspensão ou redução do imposto mensal estimado, 236
 - 18.3.7.5 Opção pelo lucro real pago por estimativa ou pelo lucro presumido, 237
- 18.4 Custos e despesas operacionais, 237
 - 18.4.1 Conceito de dedutibilidade, 237
 - 18.4.2 Custos, 238
 - 18.4.2.1 Avaliação dos estoques, 238
 - 18.4.2.2 Depreciação apropriada ao custo, 239
 - 18.4.3 Despesas operacionais, 239
 - 18.4.3.1 Conceito, 239
 - 18.4.3.2 Tributos e multas, 239

- 18.4.3.3 Retiradas pró-labore, 242
- 18.4.3.4 Perdas por furto ou apropriação indébita, 242
- 18.4.3.5 Pagamentos sem causa ou a beneficiário não identificado, 242
- 18.4.3.6 Provisões admitidas pela lei, 242
- 18.5 Encargos de depreciação, amortização e exaustão, 246
 - 18.5.1 Depreciação, 246
 - 18.5.1.1 Conceito, 246
 - 18.5.1.2 Bens depreciables, 247
 - 18.5.1.3 Taxas admitidas pelo IR, 247
 - 18.5.1.4 Depreciação acelerada, 248
 - 18.5.1.5 Duodécimos de depreciação, 249
 - 18.5.1.6 Quem pode depreciar (conceito tributário), 249
 - 18.5.1.7 Cálculo em R\$, 250
 - 18.5.1.8 Contabilização, 251
 - 18.5.1.9 Lalur, 252
 - 18.5.2 Amortização, 252
 - 18.5.2.1 Conceito, 252
 - 18.5.2.2 Cálculo da amortização, 253
 - 18.5.2.3 Contabilização, 253
 - 18.5.3 Exaustão, 254
 - 18.5.3.1 Conceito, 254
 - 18.5.3.2 Cálculo da quota anual de exaustão, 254
 - 18.5.4 Contabilização, 255
- 18.6 Provisões, 256
 - 18.6.1 Conceito, 256
 - 18.6.2 Provisão para 13º salário (contabilmente: 13º salário a pagar), 256
 - 18.6.2.1 Conceito, 256
 - 18.6.2.2 Cálculo, 256
 - 18.6.2.3 Contabilização, 257
 - 18.6.3 Provisão para férias (contabilmente: férias a pagar), 259
 - 18.6.3.1 Conceito, 259
 - 18.6.3.2 Cálculo, 259
 - 18.6.3.3 Contabilização, 260
 - 18.6.4 Provisão para a CSL, 262
 - 18.6.4.1 Conceito, 262
 - 18.6.4.2 Cálculo, 262
 - 18.6.4.3 Contabilização, 262

- 18.6.5 Provisão para Imposto de Renda, 263
 - 18.6.5.1 Conceito, 263
 - 18.6.5.2 Cálculo, 263
 - 18.6.5.3 Contabilização, 264
- 18.7 Contribuição Social sobre o Lucro – CSL, 265
 - 18.7.1 Instituição, 265
 - 18.7.2 Base de cálculo, 265
 - 18.7.3 Contribuinte, 266
 - 18.7.4 Cálculo, 266
 - 18.7.4.1 Apuração pelo lucro real, 266
 - 18.7.4.2 Apuração por estimativa, 267
- 18.8 Reservas, 268
 - 18.8.1 Conceito, 268
 - 18.8.2 Reservas legais e estatutárias, 268
 - 18.8.2.1 Reserva legal, 268
 - 18.8.2.2 Reservas estatutárias, 269
 - 18.8.3 Reservas para contingências, 269
 - 18.8.4 Reservas de incentivos fiscais, 269
 - 18.8.5 Reservas de capital e de lucros, 270
 - 18.8.5.1 Reservas de capital, 270
 - 18.8.5.2 Reserva de lucros, 270
 - 18.8.6 Reservas de reavaliação (extinta pela Lei nº 11.638/07), 271
 - 18.8.7 Contabilização, 271
 - 18.8.7.1 Reservas de lucros, 271
 - 18.8.7.2 Reserva de reavaliação, 272
- 18.9 Distribuição de lucros, 274
 - 18.9.1 Lucro real, 274
 - 18.9.2 Lucro presumido, 275
 - 18.9.3 Lucro arbitrado, 275
- 18.10 Lucro arbitrado, 275
 - 18.10.1 Conceito e aplicação, 275
 - 18.10.2 Receita conhecida, 276
 - 18.10.3 Receita desconhecida, 277
 - 18.10.4 Receita não operacional (outras receitas), 277
 - 18.10.4.1 Valores que devem ser acrescidos, 277
 - 18.10.5 Omissão de receita, 278
 - 18.10.6 Cálculo do IR, adicional e CSL, 278
 - 18.10.7 Autoarbitramento, 279

19 Disposições Especiais, 281

- 19.1 Juros remuneratórios do capital próprio, 281
- 19.2 Resultados obtidos no exterior, 283
 - 19.2.1 Cômputo no lucro real, 283
 - 19.2.2 Compensação de prejuízos não operacionais, 284
 - 19.2.3 Disponibilização de lucros obtidos no exterior (fato gerador), 285
 - 19.2.4 Compensação do IR, normas sobre as demonstrações financeiras e documentos do exterior, 285
- 19.3 Preços de transferência (*transfer pricing*) (art. 18), 285
 - 19.3.1 Situação até 31-12-96, 285
 - 19.3.2 Importações – métodos determinativos do preço de transferência (art. 18), 286
 - 19.3.3 Exportações (arts. 19 a 21), 287
 - 19.3.3.1 Arbitramento da receita omitida, 287
 - 19.3.3.2 Fontes para determinação do preço de referência, 288
 - 19.3.3.3 Métodos e base de cálculo (art. 240 do RIR), 289
 - 19.3.4 Pessoas vinculadas – conceito, 289
- 19.4 Perdas com créditos incobráveis, 290
 - 19.4.1 Dedutibilidade (arts. 340 a 343 do RIR), 290
 - 19.4.2 Créditos com garantia, 291
 - 19.4.2.1 Venda com reserva de domínio, 291
 - 19.4.2.2 Alienação fiduciária em garantia, 291
 - 19.4.2.3 Venda com garantia real, 291
 - 19.4.3 Do registro contábil das perdas, 292
 - 19.4.4 Desistência da cobrança judicial, 292
 - 19.4.5 Créditos recuperados, 292
 - 19.4.6 Disposições transitórias, 292
- 19.5 Multa e juros moratórios, 293
 - 19.5.1 Multa de mora – recolhimento espontâneo (art. 950 do RIR), 293
 - 19.5.2 Juros moratórios (art. 953 do RIR), 293
 - 19.5.3 Retroatividade da redução de multa, 293
 - 19.5.4 Multas por lançamento de ofício (art. 957 do RIR), 293
- 19.6 Processo administrativo de consulta (Lei nº 9.430/96), 294

20 Incentivos Fiscais, 295

- 20.1 Introdução, 295
- 20.2 Incentivos fiscais sobre o imposto, 296
 - 20.2.1 Por dedução do imposto devido, 296
 - 20.2.2 Incentivos fiscais regionais, 302

- 20.3 Incentivos fiscais por isenção, 304
 - 20.3.1 Isenção para a Zona Franca de Manaus – ZFM, 304
 - 20.3.2 Isenção do imposto sobre o lucro de exploração, 305
 - 20.3.3 Isenção para as sociedades de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e associações civis, 306
 - 20.3.4 Revogação das isenções concedidas pela Lei nº 4.506/64, 306
- 20.4 Imunidade, 307
- 20.5 Incentivo fiscal para aquisição de bens de capital, 309
- 20.6 Incentivos fiscais estaduais e municipais, 310

21 Reforma Tributária, 312

- 21.1 Fundamentos jurídicos e econômicos, 312
- 21.2 Não cumulatividade, 314
- 21.3 A reforma da emenda constitucional nº 42/2003, 314

22 PIS e Cofins Não Cumulativos, 316

- 22.1 Introdução, 316
 - 22.2 Não cumulatividade do PIS e da Cofins, 317
 - 22.3 Elementos fundamentais do PIS e da Cofins, 318
 - 22.3.1 Fato gerador, 318
 - 22.3.2 Base de cálculo, 318
 - 22.3.3 Alíquotas, 320
 - 22.3.4 Contribuinte e responsável, 321
 - 22.4 Determinação da base de cálculo, 321
 - 22.5 Não incidência, 324
 - 22.6 Pessoas jurídicas que permanecem no sistema anterior, 325
 - 22.7 Prazo de recolhimento, 326
 - 22.8 Norma de transição – estoque de abertura, 326
 - 22.8.1 PIS/Cofins monofásico, 327
 - 22.9 Caso-base para apuração e recolhimento do PIS/Cofins empresa industrial, 328
 - 22.9.1 Apuração do débito, 328
 - 22.9.2 Apuração do crédito, 328
 - 22.9.3 Apuração dos valores a recolher, 329
 - 22.10 Contabilização, 330
 - 22.11 Formação do preço, 332
 - 22.12 Isenções e reduções de alíquotas, 333
- Anexo – Alterações introduzidas pela Lei nº 12.973/14, 334*

23 PIS e Cofins na Importação, 341

- 23.1 Instituição, 341
- 23.2 Elementos fundamentais, 342
 - 23.2.1 Fato gerador, 342
 - 23.2.2 Base de cálculo – valor aduaneiro, 342
 - 23.2.3 Contribuinte ou responsável, 344
- 23.3 Caso-base – importação de bens, 344
- 23.4 Caso-base de serviços do exterior, 348
- 23.5 Prazo de pagamento, 348
- 23.6 Do crédito, 349
- 23.7 Contabilização, 349

24 Tratamento dos Créditos Tributários na Falência e Recuperação Judicial, 352

- 24.1 Introdução, 352
- 24.2 Normas gerais, 353
- 24.3 Recuperação judicial para as ME e EPP, 355
- 24.4 Meios de recuperação judicial, 356
- 24.5 Falência, 357
 - 24.5.1 Requisitos legais, 357
 - 24.5.2 Arrecadação dos bens, 357
 - 24.5.3 Realização do ativo, 358
 - 24.5.4 Pagamento aos credores e encerramento da falência, 359
- 24.6 Créditos tributários, 359
 - 24.6.1 Responsabilidade dos sucessores, 359
 - 24.6.2 Classificação dos créditos, 361
- 24.7 Parcelamento dos créditos tributários, 361
- 24.8 Preferência do crédito tributário, 363
- 24.9 Certidões, 364
- 24.10 Caso prático, 364
 - 24.10.1 Dados, 364
 - 24.10.2 Resolução, 365
 - 24.10.3 Contabilização, 366
 - 24.10.4 Razonetes, 367

25 Dívidas de Pequeno Valor, Remissão e Regime Tributário de Transição – Medida Provisória nº 449/2008 – Convertida na Lei nº 11.941/2009, 369

- 25.1 Dívidas de pequeno valor, 370
- 25.2 Formas de parcelamento, 371
 - 25.2.1 Condições complementares, 372

- 25.3 Do pagamento ou do parcelamento de dívidas decorrentes de aproveitamento, 372
 - 25.3.1 Parcelamento, 372
- 25.4 Remissão, 373
- 25.5 Regime Tributário de Transição, 373
 - 25.5.1 Doações, subvenções e prêmio na emissão de debêntures, 375
- 25.6 Alterações na Lei nº 6.404/76 e no Decreto-lei nº 1.598/77 que afetam questões tributárias, 375
- 25.7 Arrendamento mercantil, 377
- 25.8 Extinção do RTT – IN SRF 1.397/2013 e MP nº 627/2013, 377

Glossário, 379

Bibliografia, 385